

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.700 - SP (2018/0317059-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ARILTON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADOS : JOSÉ MAURÍCIO DE ALMEIDA - SP131967
MAIRA DE LIMA ALMEIDA - SP271134
AGRAVADO : ROSENI APARECIDA DE MORAES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL OU DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação rescisória.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
7. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ARILTON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e/ou "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 26/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 03/12/2018.

Ação: rescisória ajuizada pelo agravante em face de ROSENI APARECIDA DE MORAES, em razão de o acórdão rescindendo, proferido na

ação de indenização, violar manifestamente norma jurídica.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de concessão de gratuidade de justiça.

Acórdão: negou provimento ao recurso interposto pelo agravante, conforme a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL - INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA - SIMPLES ALEGAÇÃO DE SITUAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE NÃO TEM O CONDÃO DE CONCEDER O BENEFÍCIO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DA ALEGADA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - RENDIMENTOS QUE DEMONSTRAM POSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS JUDICIAIS - DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

Recurso especial: alega violação dos arts. 5º, LXXIV, da CF/88, 4º e 5º da Lei 1.060/50, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que não detém possibilidade para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo de sua subsistência e de sua companheira. Relata que é idoso e encontra-se acometido de câncer, além de possuir outras despesas.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 5º da Lei

1.060/50, indicado como violado, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise dos documentos acostados aos autos, respeito da configuração dos requisitos para concessão do benefício de assistência judiciária gratuita, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta

decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

